

ESCREVENDO DO OUTRO LADO DA PORTA: ESCRITAS DE SI, NEO-ARQUIVO E A FABULAÇÃO CRÍTICA EM UM MAPA PARA A PORTA DO NÃO-RETORNO, DE DIONNE BRAND

MOYANO, Thiago Marcel¹
CONCEIÇÃO, Layla S. Gomes²

RESUMO: Este artigo analisa *Um mapa para a porta do não-retorno: notas sobre pertencimento* (2022), de Dionne Brand, investigando como a autora reconfigura a escrita autobiográfica para examinar formas de representação da experiência diaspórica afro-atlântica. Partindo dos debates sobre autobiografia, *life writing* e escrita autobiográfica pós-colonial, o estudo discute como Brand articula memória, ensaio, poesia e reflexão histórica em uma narrativa fragmentária que desafia modelos lineares de representação do eu. Em diálogo com a fortuna crítica da autora, propõe-se uma leitura da obra a partir das noções de Neo-Arquivo e fabulação crítica, formuladas por Erica Johnson e Saidiya Hartman. Argumenta-se que Brand transforma as lacunas produzidas pelo arquivo colonial em princípio estruturante de sua escrita, mobilizando a imaginação como prática crítica de reconstrução da memória e de elaboração de formas de pertencimento na diáspora negra.

PALAVRAS-CHAVE: Dionne Brand; autobiografia; escrita de si; Neo-Arquivo; fabulação crítica.

WRITING ON THE OTHER SIDE OF THE DOOR: LIFE WRITING, NEO-ARCHIVE AND CRITICAL FABULATION IN A MAP TO THE DOOR OF NO RETURN, BY DIONNE BRAND

ABSTRACT: This paper examines Dionne Brand's *A Map to the Door of No Return: Notes to Belonging* (2022), exploring how the author reconfigures autobiographical writing to represent the Black Atlantic diasporic experience. Drawing on debates surrounding autobiography, life writing, and postcolonial autobiographical practices, the study argues that Brand combines memory, essay, poetry, and historical reflection in a fragmented narrative that challenges linear models of self-representation. Engaging with

¹ MOYANO, Thiago Marcel. Professor de Literaturas de Língua Inglesa. Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília (UnB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6810-8606> email: thiago.moyano@unb.br

² CONCEIÇÃO, Layla Suellen Gomes. Graduando em Letras - Língua Inglesa e Respectiva Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1785-7583>. Email: laylasuellig@gmail.com

key scholarship on Brand's work, the article develops a reading based on Erica Johnson's concept of the Neo-Archive and Saidiya Hartman's Critical Fabulation. It contends that Brand transforms the absences produced by the colonial archive into a structuring principle of her writing, using imagination as a critical practice for reconstructing diasporic memory and reimagining forms of belonging.

KEYWORDS: Dionne Brand; autobiography; life writing; Neo-Archive; Critical Fabulation.

Introdução: traçando a rota

*Não há como contar essa história; ela precisa ser contada*³.
- Marlene NourbeSe Philip

A autobiografia, segundo o dicionário Oxford, refere-se a um relato preciso da vida de uma pessoa produzido por ela mesma. Essa definição oferece uma perspectiva estática e direta do gênero literário, enfatizando uma suposta expectativa do registro objetivo dos fatos a serem relatados. Todavia, na obra *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet* (2008), o teórico francês Philippe Lejeune expande o conceito ora proposto ao considerar as condições de produção de uma autobiografia e a classifica como “[...] uma narrativa retrospectiva em prosa, produzida por uma pessoa real, sobre sua própria existência, com foco em sua vida individual, em particular, no desenvolvimento de sua personalidade.” (LEJEUNE, 2008, p. 14). A partir disso, o escritor de uma autobiografia emprega, e conseqüentemente coloca sob escrutínio, noções de interesse próprio, autoconhecimento e reflexão profunda sobre a percepção do Eu.

O gênero autobiográfico, no entanto, não permaneceu estagnado, haja visto que o próprio processo de constituição do Eu a partir de uma expectativa de universalidade e totalidade passa a ser colocado em xeque. Essa ocorrência se replica em diversas escolas de pensamento atentas a certas formas de existência que não se encaixam no que Audre Lorde (2019) chama de “norma mítica” (um sujeito branco, cisgênero, heterossexual do Norte Global). Assim, diferentes expressões de “escritas de si” provaram ser multifacetadas, de modo que não se encaixam em completude sob uma definição mais tradicional dada à categoria literária. Empreitadas de subjetividades invisibilizadas, ora mencionadas, desempenham um papel

³ “*There is no telling this story; it must be told.*” (PHILIP, 2008, p. 189)

essencial na construção das narrativas que tratam não apenas de experiências pessoais, mas também discorrem acerca de dilemas socioculturais mais amplos.

Nesse diapasão, o que dizer de produções autobiográficas atravessadas pela diáspora afro-atlântica no século XXI? Como reconstituir, a partir de modelos narrativos lineares, uma história fraturada pelo projeto colonial europeu da modernidade, que sistematicamente negou reconhecimento a um vasto contingente de pessoas escravizadas e levadas à força através do Atlântico? Quais estratégias são mobilizadas para elaborar, no discurso e na página, subjetividades cujo legado social, político e cultural do racismo continua a operar por meio de estruturas de segregação e violência? As palavras de Marlene NourbeSe Philip (2008), apresentadas aqui como epígrafe, condensam, no próprio plano da sintaxe, a centralidade desse dilema: a impossibilidade convive com o imperativo. Não há como contar a história e, ainda assim, contá-la é ordem do dia.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar a autobiografia *Um mapa para a porta do não-retorno: notas sobre pertencimento* (2022), da escritora, poeta e ensaísta lésbica afro-caribenha canadense, Dionne Brand, a partir da mobilização de questões individuais e coletivas em constante tensão com os desafios de construir um relato sobre a vida afro-atlântica sem idealizar, romantizar ou reforçar as violências perpetradas ao longo dos séculos na modernidade. Como arcabouço teórico desta investigação, além de estudos da fortuna crítica de Brand de David Chariandy (2007), Jameelah Imani Morris (2023) e Sharon Beckford (2023), trabalhos de Lejeune (2008), Smith e Watson (2010) e Moore-Gilbert (2009), sobre o gênero autobiográfico e as escritas de si, bem como as contribuições de Erica Johnson (2014) e Saidiya Hartman (2008), em torno das noções de Neo-Arquivo e fabulação crítica, guiarão nossa leitura. Deste modo, na próxima seção, faz-se necessária uma discussão acerca de formas mais permeáveis de escrita de si, como a autoficção e alguns de seus desdobramentos, especialmente no que tange à produção de autoria negra pós-colonial, como a de Brand.

1. Cartografias do Eu e da Memória: do gênero autobiográfico a escritas de si

Outras categorias iluminam caminhos diferentes para o que podemos chamar de elaborações simultaneamente “sobre e por um Eu”. Em oposição à autobiografia, a autoficção, por exemplo, termo utilizado pela primeira vez por Serge Doubrovsky em 1977 no comentário de sua própria obra *Fils*, não se compromete com a precisão factual absoluta pressuposta na versão mais ortodoxa do gênero. Aqui, a narração dos eventos da vida do autor é acompanhada por um uso

acentuado de aparatos ficcionais explícitos, que podem se distorcer e transformar em um universo fantástico como meio de explorar a turbulência interna e as emoções complexas de vozes autorais plurais.

De acordo com Smith & Watson (2010), a memória, simultaneamente, fornece e legitima as experiências resgatadas do passado. As autoras também pontuam como: “[...] a memória narrada é uma interpretação de um passado que nunca poderá ser totalmente recuperado.”⁴ (SMITH; WATSON, 2010, p. 16, tradução nossa), uma vez que o processo de rememoração não ocorre sem despertar impressões diversas e subjetivas. Desse modo, a já afetada recuperação de vivências cria uma experiência ainda mais fluida na escrita da autoficção, que dialoga intimamente com as emoções complexas que um indivíduo possui, especialmente se o tema em discussão for de alguma forma sensível para seu autor ou autora.

A produção acadêmica convoca também uma outra categoria, a priori mais ampla, *life writing*, ou “escrita de si”, que também deriva, de certo modo, da autobiografia, ultrapassando os limites comumente estabelecidos para as criações da categoria literária. Em *Reading Autobiography: a guide for interpreting life narratives* (2010), Smith e Watson destacam como a escrita de si incorpora materiais como documentos históricos, cartas, entrevistas, arquivos familiares e similares, apenas como elementos complementares do processo de rememoração, uma vez que as memórias pessoais ainda são a fonte de informação primária.

Em virtude da partilha de semelhanças com outras composições auto-reflexivas, a escrita de si é resultado do processo em que, “no ato de escrever, o escritor torna-se, simultaneamente, sujeito observador e objeto de investigação, lembrança e contemplação.”⁵ (SMITH; WATSON, 2010, p. 1, tradução nossa). Contudo, posto que esse tipo de produção representa uma prática de visita a um arquivo vivo, o escritor enfrenta uma jornada na qual “[...] talvez seja melhor abordar a questão como um alvo móvel, um conjunto de práticas autorreferenciais em constante transformação que se engajam com o passado para refletir sobre a identidade no presente.”⁶ (SMITH; WATSON, 2010, p. 3, tradução nossa). A escrita de si, portanto, desafia o formato de redação linear e cronológica proposto na autobiografia e opta pelo uso de estruturas fragmentadas e materiais diversos que melhor expressam os efeitos

⁴ “[...] narrated memory is an interpretation of a past that can never be fully recovered.” (SMITH; WATSON, 2010, p. 16)

⁵ “[...] the writer becomes, in the act of writing, both the observing subject and the object of investigation, remembrance, and contemplation.” (SMITH; WATSON, 2010, p. 1)

⁶ “[...] might best be approached as a moving target, a set of evershifting self-referential practices that engage the past in order to reflect on identity in the present.” (SMITH; WATSON, 2010, p. 3)

duradouros dos vazios que marcam a experiência, elemento que encontrará reverberações sobremaneira produtivas em escritas afrodiaspóricas e, por extensão, na obra de Dionne Brand.

Como enfatizam Smith e Watson, não se pode perder de vista que “[...] a autobiografia é uma forma única e uma conquista específica da cultura ocidental em um momento de individuação como consequência do Iluminismo.”⁷ (SMITH; WATSON, 2010, p. 84, tradução nossa). Em decorrência disso, já entre os séculos XVIII e XIX, a autobiografia foi apropriada como uma poderosa estratégia de afirmação de identidade e agenciamento para subjetividades escravizadas no mundo Atlântico, a exemplo dos amplamente estudados textos de Olaudah Equiano (1789), Frederick Douglass (1845) e Harriet Jacobs (1861).

Como subcategoria contemporânea de um gênero literário definido por valores ocidentais que ainda se encontrava centrado exclusivamente em sujeitos brancos “universais”, um desenvolvimento muito necessário ocorreu dentro do subgênero através do surgimento de trabalhos compostos por escritores racializados. Assim, esses autores oriundos de nações anteriormente colonizadas ou pertencentes a comunidades diaspóricas, estabelecem sua posição como escritores de narrativas de si ao dismantelar as regras da tradição em uma formulação reconhecida como “escrita de si pós-colonial”.

A escrita autobiográfica pós-colonial distingue-se pela utilização daquilo a que *Postcolonial Life-Writing: Culture, politics and self-representation* (2009), de Moore-Gilbert, se refere como “modos narrativos e recursos linguísticos não ocidentais”⁸ (MOORE-GILBERT, 2009, p. 24, tradução nossa), nos quais uma gama de elementos das tradições e da língua do antigo colonizador e dos nativos são hibridizados, e o tratamento do tempo e do espaço é essencial para a construção e compreensão de “uma subjetividade que é múltipla e descontinua”⁹ (QUIMBY, 1992, p. 299, tradução nossa).

É refletindo sobre a natureza plural da escrita autobiográfica pós-colonial que um lar parece construir-se em torno de *Um Mapa para a Porta do Não Retorno: notas sobre Pertencimento* (2022), de Dionne Brand. Publicado no início dos anos 2000, traduzido para o português no Brasil em 2022, o livro de Brand dialoga extensivamente com o subgênero autorreflexivo, pois se distingue a partir de “seu grau de envolvimento com questões de (des)localização: [...] a preocupação com o desenvolvimento ou a recuperação de uma relação

⁷ “[...] autobiography is a unique form and a specific achievement of Western culture at a moment of individuation in the wake of Enlightenment.” (SMITH; WATSON, 2010, p. 84).

⁸ “[...] non-western narrative modes and linguistic resources.” (MOORE-GILBERT, 2009, p. 24)

⁹ “[...] a subjectivity that is multiple and discontinuous.” (QUIMBY, 1992, p. 299)

de identificação eficaz entre o eu e o lugar”¹⁰ (MOORE-GILBERT, 2009, p. 22, tradução nossa).

Em última análise, a obra se apresenta como o título sugere: um mapa, repleto de poemas, cartas e memórias que pesam sobre um Eu fragmentado e ainda em formação, que questiona as condições de sua posição na sociedade moderna. Além disso, é por meio do luto pela perda de um lar sem nome ou localização certos, cuja porta seus ancestrais foram forçados a atravessar sem meios de retornar, que, como mencionado por Moore-Gilbert (2009), Brand experimenta e desafia as fronteiras entre formas de escrita plurais. É a partir da aproximação de forma e conteúdo, no emprego de fontes plurais e reflexão acerca dos caminhos tortuosos traçados, que o sujeito se constrói na obra.

2. Mapas de Leitura: a fortuna crítica de Dionne Brand

Este trabalho tem tensionado a convicção de como, até o momento, a definição convencional da autobiografia se prova muito vinculada a noções eurocêtricas do sujeito, em uma fachada de universalidade que falha em contemplar a natureza fragmentada de qualquer subjetividade, e ainda mais no que tange ao registro de vivências afrodiaspóricas. Temos argumentado que a noção de “escritas de si” (SMITH; WATSON, 2010), ou mesmo “escritas de si pós-coloniais” (MOORE-GILBERT, 2009), oferece alternativas de relato que melhor acomodam a realidade do processo de elaboração dessas experiências marcadas pelo trauma e o legado do projeto colonial europeu na modernidade.

A recepção crítica de *Um mapa para a porta do não-retorno: notas sobre pertencimento* (2022) evidencia a riqueza e a complexidade da reflexão desenvolvida por Dionne Brand acerca da experiência diaspórica afro-atlântica. Desde sua publicação, a obra tem sido analisada a partir de diferentes perspectivas, que convergem para questões como a construção do pertencimento, as relações entre memória, tempo e deslocamento, bem como o papel da imaginação na elaboração de subjetividades marcadas pela violência da escravidão e por seus desdobramentos contemporâneos. Sem pretender esgotar essa produção, esta seção reúne três estudos representativos que dialogam diretamente com os objetivos deste artigo. As leituras de David Chariandy (2007), Jameelah Imani Morris (2023) e Sharon Beckford (2023) oferecem contribuições fundamentais para compreender como Brand articula identidade, memória e

¹⁰ “[...] by its degree of engagement with issues of (dis)location: [...] the concern with the development or recovery of an effective identifying relationship between self and place.” (MOORE-GILBERT, 2009, p. 22)

criação literária como formas de enfrentar as lacunas deixadas pelo arquivo colonial, antecipando discussões que serão aprofundadas, posteriormente, a partir das noções de Neo-Arquivo e fabulação crítica.

No ensaio “The Fiction of Belonging: On Second Generation Black Writing” (2007), de David Chariandy, o autor demonstra interesse especial pelos imigrantes negros canadenses de segunda geração, explorando o significado de pertencer e as lacunas presentes nos processos e políticas que tentam cultivar esse senso de inclusão cultural. Os dados obtidos por meio de pesquisa em 2006, do estudo intitulado “Racial Inequality, Social Cohesion and Policy in Canada”, conduzido pelos sociólogos Jeffrey Reitz e Rupa Banerjee, concluíram que apenas 37% dos negros de segunda geração sentiam um forte senso de pertencimento ao Canadá, enquanto 69,1% e 65,3% dos imigrantes negros de primeira geração, tanto anteriores quanto recentes, relataram tal senso de pertencimento. A disparidade dos resultados levou Chariandy a apontar o que ele reconhece como: “considerável ironia entre os resultados da pesquisa e a existência do multiculturalismo, uma política e ato que muitas vezes foram celebrados como um “sucesso” único.”¹¹ (CHARIANDY, 2007, p. 818, tradução nossa).

O autor elabora a observação ao explicar que:

Apesar da existência de políticas, instituições e discursos aparentemente robustos no Canadá, cujo propósito conjunto é instaurar um senso de cidadania cultural entre todos os grupos, os filhos de imigrantes de minorias visíveis nascidos no país estavam se identificando progressivamente menos com o Canadá.¹²
(CHARIANDY, 2007, p. 818, tradução nossa)

A preocupação em torno do enfraquecimento do senso de pertencimento entre os canadenses negros de segunda geração é reforçada quando Chariandy dialoga com o artigo “Identity Crisis: A Twentieth-Century Dream Becomes a Twenty-First-Century Conundrum”, de Allen Gregg (2006), no qual Gregg sugere que a “crise de identidade” vivenciada por indivíduos visivelmente pertencentes a minorias é resultado direto da má gestão das políticas de multiculturalismo. No entanto, o autor atribui a culpa pelo fracasso do processo de integração

¹¹ “[...] considerable irony lay between the results of the survey and the existence of multiculturalism, a policy and act that has often been celebrated as a unique ‘success’.” (CHARIANDY, 2007, p. 818)

¹² “Despite the existence, in Canada, of seemingly robust policies, institutions, and discourses whose concerted purpose it is to instill a sense of cultural citizenship among all ethnic groups, the Canadian-born children of visible-minority immigrants were progressively identifying less with Canada.” (CHARIANDY, 2007, p. 818)

ao indivíduo, argumentando que as minorias se auto-segregam e considerando que esses grupos nascidos no Canadá vivem em um “estado adotivo”.

O argumento de Chariandy, por outro lado, apresenta o multiculturalismo como um ato simbólico malconduzido, celebrado enquanto falha em considerar a construção do senso de pertencimento de maneira inclusiva. Em decorrência disso, o obscurecimento do racismo sistêmico torna o processo de aquisição da cidadania cultural, isto é, o direito à identidade, acesso e participação ativa nos meios socioculturais, ainda mais complexo.

A tese de Chariandy dialoga com o *Mapa* de Brand ao examinar a natureza intrincada da construção da identidade e do pertencimento como um indivíduo racializado. A análise de Brand sobre o sentimento de alienação ao longo de um extenso percurso histórico oferece uma reflexão diaspórica sobre identidade e as influências do deslocamento em sua formação. Ao citar Brand, Chariandy vincula sua reflexão à condição multicentenária do dilema de deslocamento e perda enfrentados na diáspora afro-atlântica, em oposição à noção de que se trata de uma crise contemporânea. Ao abordar o estabelecimento do sentimento de exclusão como um legado da diáspora, Chariandy destaca as contradições e os fracassos do multiculturalismo, no qual aponta que: “[...] nem o [indivíduo] consegue articular a nação, nem a nação está preparada para articulá-lo”¹³ (CHARIANDY, 2007, p. 824, apud SANDERS, 2000, p. 184, tradução nossa), dessa forma, produzindo o que o autor denomina como “ficção de pertencimento”.

No artigo “(A)Drift: A Method and Theory of Black Temporality in Map” (2023), Jameelah Imani Morris reflete acerca de como o passado se manifesta como presença constante na vida de pessoas negras, a complexidade de construção de memórias após a passagem pela Porta do Não Retorno, e o estado de suspensão que a Porta submete àquele que a atravessa.

Morris faz uso de vivências pessoais para pontuar a manifestação da compreensão fraturada de tempo no corpo físico. Ao compartilhar as tentativas de organização e preservação de memórias por parte da avó, a autora registra o declínio da saúde da mesma como eco da passagem pela Porta, na qual pessoas escravizadas eram destituídas dos próprios nomes, línguas, histórias e senso de si. A obra de Brand pontua uma natureza indistinta na passagem de tempo para o sujeito que atravessou a Porta. Nesse sentido, o passado não representa um capítulo fechado, mas um espaço que é marcado por ausências e fragmentos de uma história

¹³ “[...] neither can the [individual] articulate the nation, nor is the nation prepared to articulate him.” (SANDERS, 2000, p. 184)

interrompida. Essa ruptura estabelece uma linha temporal na qual eventos de um passado distante e experiências contemporâneas ocorrem de forma simultânea na psique diaspórica.

A autora se vale da perspectiva de Brand, relacionando o idoso com Alzheimer descrito na obra com a avó, acometida pelo mesmo transtorno de memória, e os localiza como indivíduos que “[...] [estão] em uma jornada interminável em direção a um lar do qual [foram arrancados].”¹⁴ (MORRIS, 2023, p. 198, tradução nossa). Morris e Brand sugerem que revisitar e preservar memórias é um processo complexo que não se limita à revisão passiva de evidências físicas da história, mas requer interação com os pontos vazios gerados na passagem. O cruzamento dos limiares da Porta do Não Retorno não marca um evento ocorrido e encerrado séculos no passado, mas representa uma condição constante de deslocamento, que coloca o indivíduo em um estado de suspensão.

Brand apresenta esse estado como resultado da impossibilidade do sujeito de retornar para o passado que se perdeu na travessia, e da dificuldade de pertencer ao depois que não é estruturado para inclusão do mesmo. Morris atribui caráter de deslocamento contínuo à reflexão de Brand, na qual o estado de suspensão da subjetividade diaspórica a remove da interação convencional com questões de tempo, memória e criação de identidade. Nesse sentido, Morris destaca que: “Nós, da diáspora, vivemos entre o tempo esquecido da partida e o tempo desconhecido e incognoscível da chegada.”¹⁵ (MORRIS, 2023, p. 198, tradução nossa).

A reflexão de Sharon Beckford (2023) no artigo “Finding My Way to Freedom: Dionne Brand's A Map to the Door of No Return: Notes to Belonging” trata o *Mapa* como um arquivo não convencional, que conecta história e geografia, ao mesmo tempo que preserva e expõe memórias diaspóricas. A narrativa não-linear de Brand e como a autora transforma o mapeamento dos espaços atravessados por pessoas racializadas geram o que Beckford considera um “manual de navegação” para o processo de (auto)criação e libertação de indivíduos quilombola¹⁶.

Beckford explora com proximidade a condição de catividade experienciada pelos grupos quilombolas e como a obra de Brand propõe que o estado de deslocamento seja utilizado como espaço de (re)criação do indivíduo. A autora pontua como Brand atribui grande importância à vazão à criatividade, haja visto que: “[...] como sobreviventes deixados para trás, devemos promover mudanças significativas para sobreviver neste mundo hostil como

¹⁴ “[...] in an interminable journey towards a home he has been dislocated from.” (MORRIS, 2023, p. 198)

¹⁵ “We in the diaspora live somewhere in between the forgotten time of departure and the unknown and unknowable time of arrival.” (MORRIS, 2023, p. 198)

¹⁶ termo aproximado empregado em favor de comunicar a condição descrita no texto como ‘marooned’.

indivíduos autônomos, libertos e criados por nós mesmos.”¹⁷ (BECKFORD, 2023, p. 211, tradução nossa).

Ao mesmo tempo que o *Mapa* explora o desejo pelo acesso à ancestralidade e origem de pessoas racializadas, a autora apresenta interesse em construir um Eu próprio e liberto a partir das lacunas geradas no atravessamento da Porta do Não Retorno. Nesse sentido, segundo Beckford, “O *Mapa* é profundamente marcado pelo desejo de Brand de ir além da catividade por meio do quilombismo, empregando o pessoal e o estético para produzir uma estratégia política de autolibertação.”¹⁸ (BECKFORD, 2023, p. 211-12, tradução nossa). Embora o *Mapa* seja uma obra de não-ficção, a autora emprega a criação como agente que supre as falhas presentes na história da diáspora afro-atlântica. Brand desmantela noções tradicionais da fabricação de mapas e desenvolve o manual de navegação em direção à libertação do indivíduo racializado a partir do registro de memórias, ecos da perda e imaginação. A criatividade serve como peça central para a libertação, portanto atribuindo caráter de ferramenta de resistência à imaginação, nos termos de Rinaldo Walcott (2021). Desse modo, a criação do manual de navegação através de fragmentos que incluem a criatividade negra requer autorreflexão, que revisita a história e a memória como “[...] um símbolo de recuperação, liberdade e autenticidade.”¹⁹ (BECKFORD, 2023, p. 219, tradução nossa).

Beckford analisa a obra de Brand como uma jornada que se converte do desejo de pertencer para o entendimento da perda e subsequente revolução dos processos de descobrimento do Eu, promovendo uso da criatividade negra e autorreflexão em um esforço de reconstrução de um indivíduo próprio e libertado. Assim, em oposição à Porta do Não Retorno, que existe independente das tentativas de ressignificação por partes dos grupos que a atravessaram, o manual de navegação criado por Brand oferece formas de lidar com os efeitos da passagem.

Desse modo, os artigos ora apresentados examinam como Brand discorre acerca de identidade, memória e a jornada em direção ao Eu. Ao pontuar as diversas ferramentas empregadas ao longo do *Mapa*, os ensaios destacam como a autora se apossa da literatura e outras fontes plurais como meio de registro da história diaspórica, apresentando argumentos

¹⁷ “[...] as survivors left in the wake, we are to effect meaningful change to survive in this hostile world as liberated self-created autonomous individuals.” (BECKFORD, 2023, p. 211)

¹⁸ “*Map*, then, is profoundly shaped by Brand’s desire to move beyond unfreedom through marronage, employing the personal and the aesthetic to produce a political strategy for self-liberation.” (BECKFORD, 2023, p. 211-12)

¹⁹ “[...] trope of recovery, freedom and authenticity.” (BECKFORD, 2023, p. 219)

que dialogam com as questões de apagamento e reconstrução do Eu essenciais ao presente estudo.

3. Atravessar o Impossível: o neo-arquivo e a fabulação crítica

É fundamental ressaltar e compreender as diferenças entre os processos de registro disponíveis. Em linhas gerais, um arquivo se refere à coleção de artefatos, como documentos, fotos e registros públicos relacionados a um lugar, instituição, família ou qualquer outro grupo, que é mantido com o intuito de identificar e preservar um patrimônio, que torna possível o acesso de comunidades a informações sobre sua história, cultura e identidade coletiva.

Contudo, o arquivo não pode ser tido como um repositório estruturado de forma neutra, uma vez que essa reunião de artefatos de visita à memória é atravessada por uma série de influências, incluindo a do Estado. Como defendido por Thays Lacerda, no ensaio “Entre os poderes do arquivo e a violência arquivística: O lugar do arquivo no dispositivo de arquivo” (2023), é notável que: “Mesmo em regimes democráticos, o Estado patrocina e ao mesmo tempo seleciona, institucionaliza e legitima o conhecimento sobre o passado.” (LACERDA, 2023, p. 7). Desse modo, levando em consideração a ação do Estado na seleção de lembranças que melhor se alinham com seus discursos nacionais (LACERDA, 2023), se torna evidente como o arquivo não pode ser resumido apenas por aquilo que inclui e preserva, mas também pelo que, deliberadamente, exclui ou omite.

No *Mapa*, Brand propõe que o registro de memória de subjetividades diaspóricas não se dá a partir do que é conhecido, mas através das lacunas existentes nesse processo. Assim, refletindo sobre as várias instâncias de apagamento que, notoriamente, recaem sobre grupos marginalizados, se instala um processo de registro histórico mais complexo.

A partir disso, o neo-arquivo é estabelecido como um novo processo de arquivamento, que leva em consideração as fissuras na história de grupos ostracizados e amplia os itens a serem incluídos como evidência. Elementos como histórias compartilhadas oralmente, experiências sensoriais, folclore, rituais e práticas tradicionais das vivências diaspóricas configuram as bases desse processo arquivístico. Além disso, haja visto as vias fraturadas da formação de memória diaspórica, o meio de preservação se transfere do registro em papéis e souvenirs para o corpo que foi atravessado pelo trauma através de gerações.

Ao longo da obra, Brand discorre sobre os hábitos e inquietações ainda presentes nos corpos e psique outrora moldados pelas violências da diáspora. A autora traz à luz a experiência com a falha do registro do próprio nome, relatando que:

[...] um escrivão negligente registrou na minha certidão de nascimento [...] Esse funcionário não se preocupou em escutar minha tia com atenção ou pensou que a opinião dela sobre a questão do meu nome não tinha importância. [...] Nenhuma [autoridade] contestou o nome pelo qual minha família me chamava desde que nasci. Nenhuma delas questionou minha autenticidade ou identidade, com exceção da srta. Sirju, que decidiu me ensinar meu verdadeiro nome quando eu tinha doze anos. [...] Quando a srta. Sirju chamou Deanne, eu não respondi. Eu não estava sendo teimosa. [...] ela não entendia que eu não ouvi meu nome. Meu nome não era Deanne, e, portanto, eu não poderia responder. (BRAND, 2022, p. 133-35)

O ato de nomear constitui, antes de tudo, uma tecnologia do poder — gesto que inscreve o sujeito numa ordem simbólica que não raro lhe é exterior, e que a historiografia literária tensiona há séculos. Já em Homero, é por meio do nome que Ulisses arquiteta sua sobrevivência: ao apresentar-se a Polifemo como "Ninguém" (*Outis*), o herói transforma a ausência de nome em arma contra o algoz, escapando pela manipulação astuciosa daquilo que o nomear autoriza ou nega. Em Shakespeare, a famosa pergunta de Julieta — "*What's in a name?*" — inverte o problema: se para Ulisses o nome é instrumento estratégico, para Julieta ele é imposição arbitrária, cisão entre a essência do sujeito amado e o peso genealógico que o sobrenome carrega, fardo capaz de determinar vida e morte. Entre a astúcia homérica e a interrogação shakespeariana, o nome revela-se, assim, campo de disputa entre autodeterminação e captura pelo discurso alheio — tensão que a escrita pós-colonial afroatlântica atualiza e radicaliza, ao situar o nomear não mais como recurso retórico ou dilema amoroso, mas como marca inscrita nos corpos e arquivos pela violência colonial e escravista, cujos efeitos persistem muito além do gesto inaugural de apagamento.

O equívoco cometido no momento do registro do nome da autora — fruto de falha humana ou de descaso deliberado por parte de um funcionário público, a ambiguidade importa menos que seu efeito — representa a perpetuação de erros e exclusões que se inscrevem no registro e, subsequentemente, no arquivo, na medida em que a rasura do nome despe o sujeito de sua própria história e identidade. Se em Ulisses o apagamento do nome é escolha soberana e em Julieta é lamento diante de uma herança indesejada, em Brand o apagamento se multiplica: primeiro pelo aparato burocrático que sequer reconhece a autoridade da família enquanto

instância legítima de nomeação, depois pela própria Srta. Sirju que, a pretexto de "ensinar" à autora seu "verdadeiro nome", impõe-lhe um terceiro significante — Deanne — igualmente estranho ao sujeito que o recebe. O silêncio da autora diante do chamado não é teimosia, como ela mesma esclarece, mas a impossibilidade material de reconhecer-se numa palavra que não lhe pertence: corpo e nome se desencontram porque a instituição, mesmo em seu gesto aparentemente corretivo, reproduz a mesma lógica de apagamento que pretendia sanar. É a partir dessa fratura reiterada que o neo-arquivo se afirma como ferramenta que questiona não apenas a documentação feita e mantida pelo Estado, mas a própria violência epistêmica que estrutura considerável parte dos arquivos tradicionais — inclusive quando essa violência se veste de cuidado ou pedagogia.

Ademais, o neo-arquivo também faz emprego da criação no esforço de preenchimento dos muitos vazios existentes na história diaspórica, o que o configura como “[...] [uma forma de] ficção que cria história em face de suas lacunas”²⁰ (JOHNSON, 2014, p. 157, tradução nossa). Como resultado disso, conforme pontuado por Beckford, o neo-arquivo unifica a história a partir de obras de ficção e não-ficção, com “[...] obras criativas que imaginam futuros libertadores e participam de reparações coletivas que se recusam a reificar os projetos de dominação, desumanização e movimentos anti-negro, em geral, contidos nos arquivos coloniais”²¹ (BECKFORD, p. 214, 2023, tradução nossa). Essas reflexões ganham eco nas próprias palavras da autora, que busca traçar um percurso de suas próprias elobubrações, anseios e interesses. Lemos:

Viver na Diáspora Negra é, eu acho, viver enquanto ficção - uma criação de impérios e também uma autocriação. É ser um ser que vive dentro e fora de si mesma. É apreender o signo que produzimos e ainda assim sermos incapazes de escapar dele a não ser em momentos radiantes de banalidade transformados em algo como arte. Ser ficção em busca de sua metáfora mais ressonante, então, é ainda mais intrigante. Então eu vasculho mapas de todos os tipos, da forma como algumas ficções fazem, discursivamente, elípticamente, tentando localizar seus próprios eus transferidos. (BRAND, 2022, p. 33)

²⁰ “[...] fiction that creates history in the face of its absences” (JOHNSON, 2014, p. 157)

²¹ “[...] creative works that similarly imagine liberatory futures and participate in collective reparations that refuse to reify the projects of domination, dehumanization and anti-Black-ness, generally, contained in the colonial archives.” (BECKFORD, 2023, p. 214)

Ser ficção, contudo, não é tarefa fácil e é diante da magnitude desse projeto — recuperar, por meio da criação, aquilo que os arquivos coloniais se recusaram a registrar — que o trabalho seminal de Saidiya Hartman (2008) se impõe como referência incontornável, por assumir com rigor as implicações metodológicas, éticas e políticas de fabular ali onde o arquivo cala. Tendo em vista o papel dado à criação no processo de recuperação histórica, surge então a noção de “fabulação crítica”. Cunhada por Hartman no ensaio “Vênus em Dois Atos” (2008), a fabulação crítica combina a visita ao arquivo com criação controlada. É imprescindível destacar que não se trata de um processo livre, que gera ficção histórica, e sim de uma técnica de escrita baseada na apuração de fatos e consideração crítica do contexto histórico. É apenas após a análise de uma série de elementos que a imaginação é aplicada em um esforço para preencher as lacunas percebidas nos registros. As criações advindas dessa técnica, no entanto, possuem o compromisso de permanecer coerentes às circunstâncias, sem oferecer resolução absoluta ou invenção de um final fantástico, idealizado ou romantizado em qualquer aspecto.

Nesse sentido, a centralidade do processo hartmaniano reside talvez menos na fabulação em si e mais no exercício de uma contenção politicamente informada — um cuidado deliberado em não preencher os silêncios do arquivo além do que as circunstâncias históricas permitem sustentar. Hartman parece ciente de que tanto a reiteração quanto o esvaziamento desses silêncios e ausências carregam consequências políticas: reiterá-los sem mediação crítica corre o risco de naturalizar a violência que os produziu, ao passo que preenchê-los indiscriminadamente corre o risco de apagar, por meio de uma resolução confortável, o próprio peso histórico daquilo que não pôde — e talvez não devesse — ser recuperado por completo. A fabulação crítica, assim, não busca restituir uma totalidade perdida às vidas afrodiáspóricas registradas de forma fragmentária ou distorcida nos arquivos coloniais, mas antes habitar criticamente essa fragmentação, reconhecendo os limites éticos e epistemológicos de qualquer tentativa de narrar o que a violência arquivística deliberadamente obscureceu.

Ao longo de *Um Mapa para a Porta do Não-Retorno*, Brand identifica cenários nos quais subjetividades afrodiáspóricas recorrem à narrativa como instrumento de navegação diante do silêncio e da violência colonial, muitas vezes sem a contenção crítica que a fabulação hartmaniana pressupõe. Nas palavras da autora: "Algumas pessoas entre nós reinventaram essas origens como um passado dourado de serenidade, grandeza, igualdade — como alguém que vive em um estado de pavor inventa o seu oposto por sobrevivência." (BRAND, 2022, p. 36-37). Trata-se de um gesto compreensível — e talvez inevitável — diante do vazio arquivístico e do trauma que o habita, mas que, ao inventar uma origem idealizada como antídoto ao pavor

presente, corre justamente o risco que a fabulação crítica se propõe a evitar: o de romantizar o passado como forma de suportar o presente, esvaziando, por meio de uma resolução confortável, o próprio peso histórico daquilo que não pôde ser recuperado. Para Hartman,

A intenção desta prática é [...] imaginar o que não pode ser verificado e lidar com as vidas precárias que são visíveis apenas no momento de seu desaparecimento. É uma escrita impossível que tenta dizer aquilo que resiste a ser dito. É uma história de um passado irrecuperável; é uma narrativa do que poderia ter sido; é uma história escrita com e contra o arquivo.²² (HARTMAN, 2008, p. 12, tradução nossa).

A fabulação crítica, portanto, representa um dos caminhos aos quais recorrer quando os espaços vazios nos registros se fazem presentes, haja visto que essa se mostra uma das poucas possibilidades de recuperação dessas histórias que foram apagadas, recortadas e registradas de modo que deliberadamente exclui a única maneira de arquivo (de caráter físico e oral) disponível para os indivíduos na diáspora.

É importante notar, contudo, que Brand não recorre ao aparato descrito por Hartman como quem busca uma ficcionalização que substitua o vazio por uma narrativa reconfortante. Ao contrário: sua reflexão caminha em direção a uma fina elaboração em torno do próprio esquecimento, resignificando-o antes de tentar superá-lo. É o que ocorre, por exemplo, na figura do avô que não guarda memória de suas origens africanas. Uma vez que ela compreende o valor do silêncio, a frustração apresentada nas primeiras páginas do livro, a de uma neta em busca de uma genealogia do impossível, o esquecimento torna-se presente e presença dessas raízes. Diante desse esquecimento, o projeto que o próprio título da obra anuncia — o de calcular uma rota, de traçar um caminho de retorno — ganha um sentido inteiramente novo, quase invertido: pois, depois da Porta, o que resta não é um destino a ser recuperado, mas um conjunto de impossibilidades a ser reconhecido como tal. Nas palavras da própria autora, "Um mapa, então, é apenas uma vida de conversas sobre uma lista esquecida de eus irrecuperáveis"

²² "The intent of this practice is [...] to imagine what cannot be verified, and to reckon with the precarious lives which are visible only in the moment of their disappearance. It is an impossible writing which attempts to say that which resists being said. It is a history of an unrecoverable past; it is a narrative of what might have been or could have been; it is a history written with and against the archive." (HARTMAN, 2008, p. 12)

(BRAND, 2022, p. 249). O mapa, assim, não localiza uma origem: ele documenta, antes, a extensão precisa daquilo que se perdeu.

Deste modo, argumentamos que o uso do neo-arquivo e da fabulação crítica no contexto diaspórico simboliza um desafio às convenções da visita ao passado. Dentro desses mecanismos, as fraturas históricas não só são reconhecidas, como compreendidas, e servem de estrutura para o desenvolvimento de novos meios de recuperação e reconstrução de identidade. Como mencionado por Beckford, esses mecanismos "[...] vislumbram alternativas para um futuro além da sensação de perda desde o advento da escravidão transatlântica, seja imaginando e recontando o que foi perdido, ou imaginando um futuro libertador por meio da autoconstrução, como faz o *Mapa*." ²³ (BECKFORD, 2023, p. 214, tradução nossa).

4. Rotas em Aberto: considerações finais

Na obra de Dionne Brand, a autora aponta e trata das lacunas presentes na história diaspórica como intrínsecas à experiência negra, e dá nome à ruptura inicial; o primeiro deslocamento que deu início a todas as violências e apagamento sofridos ao longo de tantos anos: A Porta do Não Retorno. A identidade diaspórica, portanto, é desenvolvida a partir desse vazio inicial.

O neo-arquivo é desenvolvido na obra por meio de visita aos registros da experiência vivida, como as histórias sem começo ou fim certos, e a memória do corpo; os impulsos, desejos e ansiedades ali contidos, como uma manifestação dos resquícios deixados após a passagem pela Porta. Ao fazer uso do neo-arquivo, Brand identifica os vazios presentes na história e aplica o princípio da fabulação crítica, gerando reflexões que destacam o conflito causado pela falta de conhecimento acerca de suas origens. Esse esforço não leva à criação de respostas fictícias para as dúvidas que a autora possui, mas abre espaço para a partilha dos sentimentos complexos de perda da experiência diaspórica.

No *Mapa*, tanto o neo-arquivo quanto a fabulação crítica são empregados com o propósito de criar uma espécie de estratégia política de auto-libertação. Nesse sentido, a noção de neo-arquivo se revela central: ao expandir o que tradicionalmente se compreende como registro do passado diaspórico — para além dos documentos oficiais, incorporando a oralidade, o silêncio, o esquecimento e até mesmo a própria impossibilidade de recuperação —, o neo-arquivo permite que experiências historicamente excluídas dos arquivos coloniais adquiram

²³ “[...] envision alternatives to a future beyond the sense of loss since the advent of transatlantic enslavement, either by imagining and retelling what has been lost or by imagining a liberatory future through self-creation as Map does.” (BECKFORD, 2023, p. 214)

estatuto de fonte legítima, ainda que fragmentária, para a elaboração da memória afroatlântica. É nesse sentido, também, que a aproximação de Brand com Hartman se justifica: não porque a autora crie soluções ou respostas para o passado desconhecido de suas raízes ancestrais, mas porque pratica o árduo exercício de se refrear, de resistir à tentação de uma ficcionalização superficial que transformaria o esquecimento em mera lacuna a ser preenchida. Como a fabulação crítica de Hartman, a escrita de Brand se sustenta menos sobre o que é possível imaginar e mais sobre o que é preciso, com rigor, reconhecer como irrecuperável.

REFERÊNCIAS

- BECKFORD, Sharon M. *Finding My Way to Freedom: Dionne Brand's A Map to the Door of No Return: Notes to Belonging*. TOPIA: Canadian Journal of Cultural Studies, vol. 46, p. 209-23, 2023.
- BRAND, Dionne. *Um mapa para a porta do não retorno: notas sobre pertencimento*. São Paulo: Editora Bolha, 2022.
- CHARIANDY, David. “‘The Fiction of Belonging’: On Second-Generation Black Writing in Canada.” Callaloo, vol. 30, no. 3, pp. 818–29, 2007.
- JOHNSON, Erica L. *Building the Neo-Archive: Dionne Brand's A Map to the Door of No Return*. Meridians 12, no. 1: 149–71. London: Duke University Press, 2014.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Organização de Jovita Maria Gerheim Noronha. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- MOORE-GILBERT, Bart. *Postcolonial Life-Writing: Culture, politics and self-representation*. University of London, In Goldsmiths, 2009.
- MORRIS, Jameelah Imani. (A)Drift: A Method and Theory of Black Temporality in Map. TOPIA: Canadian Journal of Cultural Studies, vol. 46, p. 195-201, 2023.
- PHILIP, M. NourbeSe. *Zong!: as told to the author by Setaey Adamu Boateng*. Middletown: Wesleyan University Press, 2008.
- QUIMBY, Lee. *The Subject of Memoirs: The Woman Warrior's Technology of Ideographic Selfhood*. Decolonizing the Subject. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

SMITH, Sidonie; WATSON, Julia. *Reading Autobiography: A Guide for Interpreting Life Narratives*. 2. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

WALCOTT, Rinaldo. *The Long Emancipation: Toward Black Freedom*. Durham, NC, and London: Duke University Press, 2021.